

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Do império à nação: o ideal nacional em. Joaquim Nabuco.

Fernando Antonio de Queiroz Randau.

Cita:

Fernando Antonio de Queiroz Randau (2009). *Do império à nação: o ideal nacional em. Joaquim Nabuco*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1213>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Do império à nação: o ideal nacional em Joaquim Nabuco¹

Fernando Antonio de Queiroz Randau

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

Mestrado em Ciência Política

fernando.randau@gmail.com

Introdução: limites das teorias do nacionalismo: nacionalismo como prática social

Desde a afirmação de Ernest Gellner acerca da relação inversamente proporcional entre a relevância do nacionalismo na modernidade e o estudo do mesmo uma extensa literatura teórica e empírica surgiu. A década de 80 é significativa, pois foi em 1983 que ocorreu a publicação de *Nations and Nationalism* deste e do influente *Comunidades Imaginadas* por Benedict Anderson, bem como o interesse sobre o tema ressurgiu com o declínio da União Soviética, especialmente pelos trágicos desenlaces na antiga Iugoslávia. Contudo a literatura que emergiu, pode-se dizer, seguiu alguns padrões ao longo de seu desenvolvimento, o que nos permite atentar hoje para as ausências da teoria política e da teoria social sobre a questão nacional – e a distinção entre ambas as esferas aqui, diga-se, é irrelevante na apreciação de objeto tão interdisciplinar².

¹ O que se segue aqui é um curto resumo da pesquisa de minha dissertação de mestrado em andamento.

² O interesse acadêmico sobre nacionalismo aparece fragmentado, não se constituindo tema de uma única disciplina, mas de diversas, tais como história moderna, geografia, antropologia, psicologia social, sociologia, política, feminismo, estudos culturais e teoria literária.

É Delanty (2003) quem nos informa sobre a persistência de pressupostos centrais das teorias da modernização nos estudos posteriores à Gellner³. Dessa maneira podemos apreender três padrões de abordagens analíticas do nacionalismo: teorias estruturais, de mobilização e culturais⁴. Aquelas que compõem o primeiro grupo fazem ênfase no nacionalismo como forma de *state-building*, buscando apreender o fenômeno dentro de uma dinâmica macro. Gellner, Elias, Deustch participam deste grupo. Tidos como realistas pela forte oposição a qualquer primordialismo, é notório que tais interpretações não deram espaço para pensar a agência, nem para pensar a forma simbólica e cultural do nacionalismo – mera contingência moderna.

Já teorias da mobilização procuram apreender o caráter artificial do nacionalismo, o componente que existe em vistas de mobilizar uma população com determinado fim. O que os distingue dos “estruturalistas” é o fato que evitam a separação agência-estrutura. A centralidade está na questão da codificação das identidades por grupos particulares (notadamente, elites políticas), daí o rótulo de “construtivistas”, que autores como Hobsbawm, Hroch, Tilly podem receber. Tal perspectiva mostra-se muito útil para abordar a história de movimentos nacionalistas e seus conflitos. Contudo, a ênfase exclusiva em mobilização decorre em ser insuficiente, visto que não explica processos de significação, criação simbólica e estruturas cognitivas, que não podem ser atingidas pela ação individual intencionada.

Já as teorias culturais procuram preencher esse vácuo e revelar a relevância dos discursos e significados para o projeto de grupos sociais. Sem dúvida a fonte de estudos mais interdisciplinares, como encontrados em autores como Smith, Anderson, Billig, Greenfeld, nessa perspectiva não se encontra o propósito de se concentrarem em tipos particulares de agência ou de estruturas, mas baseando-se em um modelo cultural, no discurso e na apreensão cognitiva. O nacionalismo emerge aí como algo essencial em função de compor identidades reais – o que decorre uma visão positiva do ideal nacional como não encontrado nas outras duas abordagens, que explora as possibilidades de emancipação através do nacionalismo: um conhecimento social legítimo, que mais configura do que aliena.

³ A exceção será Norbert Elias (1998) apesar de seu trabalho não ter tido alcance suficiente. Recentemente, há o trabalho de Giddens, ainda que seja centrado no Estado-nação e não no nacionalismo.

⁴ Autores clássicos do pensamento social não são enquadrados por Delanty aqui, contudo, a pouca atenção que o tema recebeu em seus escritos, jamais se constituindo uma teoria geral do nacionalismo. A despeito disso foram de significativa influência na teorização posterior. Sobre isso, veja-se Guibernau (1996).

Evidentemente, todas essas abordagens deram suas contribuições: estruturais estão menos fortes atualmente, mas deram explicações notáveis sobre os procedimentos de *state-building*; as de mobilização trouxeram uma significativa visão do nível médio de atuação do nacionalismo, entre a estrutura e a agência; já as culturais deram importância para a comunicação e os símbolos na formação de uma identidade coletiva. Porém, uma crítica pertinente permeia a todas de igual valor: a habilidade do nacionalismo se perfazer na vida cotidiana. Toda a discussão da hegemônica interpretação modernista das nações e do nacionalismo encontra uma singular dificuldade em responder qual o fundamento do apego à nação que faz os seres humanos se reconhecerem como nacionais entre si e admitirem um senso de orgulho ou vergonha, amor ou ódio, acerca da entidade nacional a que pertencem – e isso em nada se confunde com o mero particularismo do tipo etnocêntrico. Em outras palavras, no caso as de Anderson, não há nenhuma resposta convincente para a pergunta “por que as pessoas aceitam morrer pelas suas nações?” (2006).

De fato, as abordagens de mobilização e culturais chegam a se aproximar esse tema, mas nunca se aprofundam nesse aspecto essencial: nacionalismo não é somente um discurso, mas uma prática social, um *habitus*, uma soma de disposições. Conforme Delanty completa em seu raciocínio:

“The politico-cultural history of nationalism can be written in terms of the progressive extension of the nation into the lives of people. Thus what matters is neither who constructs nationalism – as in social constructivism – nor the content of nationalist discourse – as in cultural or cognitive approaches – nor even the functions of nationalism – as in structural analyses – but the mapping of cultural constructs into the habitus in the shaping of particular social practices” (2003).

Trata-se então de buscar o fundamento e a dinâmica da apropriação subjetiva dos valores nacionais pelos indivíduos. O tema não aparece na perspectiva de olhar o nacionalismo “de cima para baixo” – conforme as teorias estruturais habilmente o fazem – mas sim de buscar na direção “de baixo para cima” da constituição da legitimidade dos Estados nacionais modernos. Tal fenômeno para ser analisado deve ter-se em vista como muito menos devedor ao poder persuasivo de *state-building* e mais como uma contingência de um fenômeno de maior abrangência, a saber, a emergência do individualismo na modernidade.

Para tanto cumpre indicar a irrealidade da oposição entre individualismo e holismo – o que conseqüentemente reforça o preconceito muito difundido do nacionalismo enquanto ideologia

comunalista ultrapassada, necessariamente xenofóbica e resquício pré-moderno, contrário ao atomismo moderno. Dumont (1983) em seu ensaio sobre a variante nacional da ideologia ocidental, o individualismo, exemplifica bem que isso é uma oposição enganadora, quando na verdade há um *englobamento*:

“Alguém opõe ao individualismo o nacionalismo, sem explicação; sem dúvida, é preciso entender que o nacionalismo corresponde a um sentimento de grupo que se opõe ao sentimento “individualista”. Na realidade, a nação, no sentido preciso e moderno do termo, e o nacionalismo – distinto do simples patriotismo – estão historicamente vinculados ao individualismo como valor. A nação é precisamente o tipo de sociedade global correspondente ao reino do individualismo como valor. Não só ela o acompanha historicamente, mas a interdependência entre ambos impõe-se, de sorte que se pode dizer que a nação é a sociedade global composta de pessoas que se consideram como indivíduos.” (Idem, 21)

Tendo em vista que o nacionalismo aparece mais com um “re-encantamento do mundo” – pela analogia com propriedades religiosas – do que propriamente como ideologia coerente e acabada, não é possível colocá-lo com objeto lado a lado com liberalismo, socialismo ou comunismo ao mesmo que todos estes discursos podem se valer da causa nacional como propósito político. Na terminologia de Giddens, Haugaard (2002) pode demonstrar o abismo aqui presente da melhor maneira: o conhecimento da vida social dos indivíduos pode ser dividido em duas partes, sendo uma como *conhecimento consciente discursivo* e outra como *conhecimento consciente prático (habitus)*. Doutrinas coerentemente estabelecidas como o liberalismo, socialismo ou comunismo, tendem a ser mais o primeiro e o nacionalismo, por sua vez, o segundo – muito mais extenso e essencial para a vivência dos agentes em sociedade. Essas distintas maneiras de conhecimentos podem perfeitamente coexistir em todos os indivíduos em virtude disso.

Acerca da força das idéias, um autor pode dizer muito corretamente que estas “se convertem em práticas sociais, que se congelam em instituições, e que, por costume e rotina, adquirem a inércia da objetividade” (Santos, 1978). Ao que me parece, se deter sobre esse elemento pode ser extremamente representativa do fenômeno de “decantação” das crenças e imaginações acerca de mundos possíveis – usando os termos de Goodman (1978) – na vida social e política que remete assim a transformação em prol de novas condições da mesma. Assim sendo, gostaria para chegar ao tema de algumas pegadas do nacionalismo entre nós através do estudo não de um

movimento de massas ou processo estrutural. Preferiria ir de encontro por um caminho mais subjetivo, na trajetória do pensamento e das experiências de um indivíduo em particular.

A emergência de uma subjetividade nacional: o exemplo de Joaquim Nabuco

Para tanto quero me valer da trajetória exemplar do político e diplomata brasileiro, Joaquim Nabuco (1849-1910)⁵. Personagem singular da vida política e intelectual de um Brasil em era de transições: da passagem do Império para a República, de uma ordem escravista para uma ordem livre, do realinhamento internacional do país da órbita britânica para a norte-americana (simbolizada em sua adesão ao pan-americanismo): todos esses acontecimentos repercutiram na vida de Nabuco, do qual quando não foi participante ativo, foi observador apurado.

Fiel ao Imperador, Nabuco retira-se da vida pública por dez anos após a queda deste, até a volta para servir à República em nome do interesse maior da pátria – primeiro na questão dos limites com a Guiana Inglesa e posteriormente como primeiro Embaixador do Brasil nos EUA. Representante político mais significativo da causa abolicionista, nunca atrelou tal instituição como um dos sustentáculos do Império – relação que irá favorecer a gênese do ideal republicano. Admirador incondicional da Constituição britânica – pela influência do conservador Bagehot – bem como das figuras políticas liberais do Império inglês (Gladstone, sobretudo), adere entusiasticamente já no século XIX a Doutrina Monroe, polêmica política vista com desconfiança por outros relevantes diplomatas brasileiros como Rio Branco e Oliveira Lima, por exemplo.

Todos estes aspectos se tornaram tema de interesse em diversos estudos seja sobre “desventuras” do liberalismo no Brasil, a causa abolicionista e a dinâmica de seu projeto ou sua importância para a história diplomática brasileira pelo trabalho quase pessoal de aproximação com os EUA como primeiro embaixador do país em Washington. Porém, pouco ou nada a respeito do sentimento nacional de Nabuco, sendo dada geralmente uma ênfase em seu suposto cosmopolitismo que lhe é característico. O lugar do nacionalismo naquele momento parece ser o do movimento republicano que após a tomada do poder, se dedica ao *nation-building* em novas tradições.

⁵ As principais biografias acerca da vida de Nabuco são de Viana Filho (1952) e Angela Alonso (2007).

Nesse contexto, Nabuco aparece como demasiado cosmopolita, em função de ser um significativo, senão o principal, representante do que viria a ser chamada de “opção britânica” de país (Carvalho, 1998)⁶. Se tomarmos sua autobiografia – *Minha Formação* (1900) – como base facilmente percebemos que Nabuco sempre aparece longe de se ufanar de seu país, afinal, para ele pertencemos à América por “sedimento novo”, flutuante, e também pertencemos à Europa por “sedimento antigo”. Para se *ser humano*, é preciso necessariamente recorrer ao *ser europeu*. Trata-se da caracterização do que foi chamado de “dilema do mazombo”, do intelectual do novo mundo que sente desconforto tanto entre os seus quanto na Europa. A questão não era tanto o desprezo pelo nacional, mas o sentimento de sua insuficiência, o mesmo ocorrendo de quando sua vida em exílio voluntário. Em suma, “***De um lado do mar, sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país***”⁷.

Não parece favorável, portanto, para a irrupção de um sentimento nacional. Contudo, a leitura atenta faz ver que tal sentimento cosmopolita não vinha acompanhado de uma serenidade, senão da constatação melancólica da “mais terrível das instabilidades”, onde a afinidade com o Velho Mundo é reconhecida em antagonismo frontal com o sentimento e filiação nacional com as nações americanas. Tal instabilidade era irreconhecível na juventude, quando ansiava ganhar o mundo, e na medida em que a maturidade alcançava foi-lhe plenamente perceptível uma mudança:

“A verdade é que sinto cada dia mais forte o arrocho do berço: cada vez sou mais servo da gleba brasileira, por essa lei singular do coração que prende o homem à pátria com tanto mais força quanto mais infeliz ela é e quanto maiores são os riscos e incertezas que ele mesmo corre”.

A despeito da data da publicação como livro, capítulos de *Minha Formação* foram todos escritos e publicados em partes já na última década do século XIX – período em que fez parte do grupo monarquista, malquisto pelo governo republicano, mas completamente isolado e ineficiente politicamente, cujo teor era muito mais nostálgico. Posto isso, quero me concentrar nesse período

⁶ A imagem serve para indicar o contraste com personagens contemporâneos da vida pública e próximos à Nabuco, sendo o Visconde de Taunay a opção francesa, e o engenheiro André Rebouças, a opção americana. Carvalho (Idem, 21-60) evidencia isso não somente pela predileção pessoal de Nabuco por um governo nos moldes da monarquia britânica, mas também pela influências historiográficas e políticas deste, que mesmo quando de outras nacionalidades, eram anglófilos.

⁷ No famoso capítulo *Atração do Mundo* de suas memórias, escreve: “As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do Velho Louvre. No meio do luxo dos teatros, da moda, da política, somos sempre *squatters*, como se estivéssemos ainda derribando a mata virgem”.

de transformação de sua fidelidade ao ideal monarquista. Seus escritos durante o período, *Porque continuo a ser monarchista* (1890), *O dever dos monarchistas* (1895) e *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893* (1895) são severas críticas a República e elogios a monarquia. Para fins demonstrativos e devido ao exíguo espaço, pretendo me concentrar no primeiro destes.

Porque continuo a ser monarchista é o resultado de uma resposta publicada no jornal Diário do Comércio, não muito extensa em que Nabuco discorre sobre as razões políticas pela sua preferência monárquica e retirada da candidatura na primeira eleição republicana, ainda sob o governo militar provisório. Creio ser possível identificar um apelo nacional nessa obra em função de que em momentos decisivos de sua argumentação – como se verá em escritos posteriores – nosso autor recorre à integridade da nação e sua liberdade interior, para além de uma crítica da ditadura militar vigente. Nabuco já aparece como um “monarquista sem esperança de monarquia” cuja única serventia seria a de não ser republicano sem esperança de liberdade – sentindo-se um desterrado na própria terra.

Este jamais se coloca como ainda monarquista em função da conservação da tradição monárquica da experiência da unidade nacional. Sua justificativa de oposição se deve a ser contra uma fundação nacional sob o que chamou de ressentimento do escravismo, pela inevitável ditadura posterior a mudança de regime – visto que a república no Brasil seguiria o padrão de pseudo-república de toda America Latina. Para ele, a monarquia no Brasil era mais republicana que a república de 1889:

“Classificar os governos pela forma é como a antiga classificação botânica pelas semelhanças exteriores. Os governos, como os vegetais, devem ser classificados pelos órgãos de frutificação, frutificação em liberdade, em direito, em honestidade, em progresso”.

A monarquia era, portanto, um governo de homens livres. Nabuco sempre preza pelo valor da “experiência originária” na formação da sociedade nacional, que no exemplo do alheamento do povo ao novo regime é exemplar: a legitimidade desta tem o mesmo valor que um prospecto de companhia, pois as novas instituições não acompanham a realidade sem saltos da “sociedade civil”. Após a abolição, o momento era o da reforma federalista – bem como a principal: limitar o arbítrio do poder –, e o Império se moveria nos valores compartilhados pelo regime de 15 de novembro, mas com o golpe de estado, as reformas advindas ignoram o povo. Agora, passada o horizonte de

possibilidades esperançoso, o prestígio da república está no amor-próprio nacional. Em seus termos:

“Se eu tivesse por ambição na vida ser cidadão de uma república, há muito, conforme a liberdade falasse mais à minha imaginação pelo prestígio de uma tradição imemorial ou de um futuro garantido por séculos, eu me teria naturalizado suíço ou norte-americano. Teria assim a certeza de pertencer a uma república autêntica. A minha ambição, porém, era ver a liberdade desenvolvida e aperfeiçoada no meu próprio país o mais que nos fosse possível, e para isto eu não podia pensar na república.

Muito mais que regimes, relevantes são os valores que os sustentam, e aqui o liberal Nabuco parece congrega as idéias dos antigos saquaremas, conservadores do Império, que fizeram a centralização político-administrativa durar mais de 60 anos. O que está em jogo é a unidade nacional que a ditadura militar – também centralista – põe em risco ao causar sectarismo nos grupos mandatários, como a futura Revolta da Armada, em 1893, será demonstrativo exemplo.

Bibliografia

- Anderson, Benedict. 2006. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism, New Edition*. Revised. Verso.
- Carvalho, Maria Alice Rezende de. 1998. *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.
- Delanty, Gerard. 2003. "The Persistence of Nationalism: Modernity and Discourse of the Nation" in Delanty, Gerard & Isin, Engin (Ed), *Handbook of Historical Sociology*. SAGE Publications.
- Dumont, Loius. (1993), *O Individualismo – Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rocco.
- Elias, Norbert. 1998. *The Germans*. 0th ed. Columbia University Press.
- Goodman, Nelson. 1978. *Ways of Worldmaking*. Hackett Pub Co Inc.
- Guibernau, Montserrat. 1996. *Nationalisms: The Nation-State and Nationalism in the Twentieth Century*. Polity.
- Haugaard, Mark. 2006. "Nationalism and Liberalism", in G. Delanty & K. Kumar (orgs), *The Sage Handbook of Nations and Nationalisms*. SAGE Publications.
- Nabuco, J. 1890. *Porque continuo a ser monarchista*. FUNDAJ.
- _____. 1985. *O dever dos monarchistas*. FUNDAJ
- _____. 1998. *Minha Formação*. Senado Federal.
- Santos, W. G. dos. 1978. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo, Duas Cidades.